

Termo de Referência 3/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2024	154051-UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	EDNA VALDIRENE DE FREITAS FERNANDES	06/06/2024 15:24 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	90015/2024	23114.901992/2024-98

1. Definição do objeto

1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento de software para as soluções de segurança da informação Fortigate FG-401E e da solução Fortinet Analyzer Virtual Appliance. para coleta de logs e geração de relatórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CESSAO TEMPORARIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR LOCACAO DE SOFTWARE Licenciamento por 3 anos de software de Logs e Relatórios Modelo FortiAnalyzer VM <ul style="list-style-type: none">• Capacidade receber 6 GB/dia de logs• Capacidade controla/armazena 3 TB logs• Garantia: 3 anos 24x7 software.• Fornecimento da licença e acompanhamento técnico durante a ativação da mesma. Demais informações disponíveis no Termo de Referência	27502	SE	1	R\$ 25.938,00	R\$ 25.938,00
	CESSAO TEMPORARIA DE DIREITOS SOBRE PROGRAMAS					

2	<p>DE COMPUTADOR LOCACAO DE SOFTWARE Licenciamento por 3 anos para o Firewall: Modelo, Fortigate 401 E</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia: 3 anos 24x7 para hardware e software. • Fornecimento da licença e acompanhamento técnico durante a ativação da mesma. • Garantia e suporte técnico do fabricante: 3 anos 24x7 da Fortinet para hardware e software. <p>Demais informações disponíveis no Termo de Referência</p>	27502	SE	1	R\$ 200.636,67	R\$ 200.636,67
---	---	-------	----	---	-------------------	-------------------

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados **como comuns**, de entregas e pagamentos em única parcela e sem a assinatura de contrato, uma vez que após a entrega a garantia passará a ser prestada pela fabricante conforme termos de licenciamento contidos nas licenças adquiridas.

1.3 Os serviços objeto desta contratação serão fornecidos para a o Campus Rio Paranaíba da Universidade Federal de Viçosa, localizada na Rodovia MG 230, km 8 - sem número - Zona Rural, cep: 38.810-000, na cidade de Rio Paranaíba, MG. Sob a supervisão do Serviço de Tecnologia da Informação do Campus.

1.4 O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. No entanto, tal garantia passará a ser de responsabilidade do fabricante tendo em vista se tratar de licenciamento de softwares proprietários. A contratada ficará responsável apenas pelo fornecimento e ativação das licenças.

2. Fundamentação da contratação

3.1 A Segurança Cibernética, visa à proteção das redes e ativos de informação, preparando e operando as linhas de defesa contra eventuais invasores, externos e/ou internos, que tentem executar tarefas não permitidas contra ou através da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) instalada. O crescimento acelerado do número de incidentes ocorridos na rede mundial de computadores e, em particular, nas redes controladas pelo Serviço de Tecnologia da Informação - CRP, demonstram a necessidade de inserir tal setor no contexto de Segurança Cibernética.

3.2 Em virtude da ampliação da infraestrutura de TI da Universidade Federal de Viçosa e da constante expansão dos serviços de rede, faz -se necessário promover a Segurança da Informação no ambiente computacional da UFV-CRP, seguindo as diretrizes da IN nº. 01 GSI/PR/2008 e de suas normas complementares que orientam acerca das diretrizes desejáveis de segurança da informação e comunicações no âmbito da administração pública.

3.3 A aquisição de solução integrada de segurança é de suma importância para a proteção dos dados contidos na rede da UFV-CRP, pois permite a realização de:

3.3.1 Criação de filtros para bloqueio dos conteúdos adultos como: pornografia, vídeos impróprios, arquivos maliciosos entre outros;

3.3.2 Proteger a rede contra worms, vírus, malware entre outras pragas virtuais;

3.3.3 Geração de relatórios dos acessos realizados por IP, grupo ou usuário nas seguintes formas: diário, semanal, mensal ou período selecionado;

3.3.4 Criação de políticas de proteção da rede de computadores contra: ataques de hackers através do bloqueio de programas de compartilhamento de dados (P2P), bloqueio de mensagens instantâneas, fechamento de portas não utilizadas controlando a banda de internet a fim de evitar abusos em sua utilização;

3.3.5 Regras de bloqueio e liberação de serviços e portas TCP e UDP por grupo ou usuário;

3.3.6 Limitação de banda por serviços, tais como: servidor web, streaming, internet etc;

3.3.7 Monitoramento do link de dados.

3.4 A aquisição é de licenças da fabricante Fortinet pois os equipamentos em uso atualmente na instituição são da referida fabricante, e a renovação das licenças é menos onerosa do que a substituição completa das soluções de segurança, esta última que não se justifica pois o hardware já existente na instituição ainda atende plenamente as suas funções e se encontra com suporte ativo pela fabricante.

3.5 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 25944455000196-0-000002/2024;
- Data de publicação no PNCP: 18/01/2024;
- Id do item no PCA: 1146;
- Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA;
- Identificador da Futura Contratação: 154051-90016/2024.

3.6 O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) 2024-2029 da Universidade Federal de Viçosa, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OE2	Objetivo Estratégico OE2 do PDTI 2024-2029 - Melhorar continuamente a prestação de serviços de TI
OE5	Objetivo Estratégico OE5 do PDTI 2024-2029 - Aprimorar a Segurança da Informação e Comunicação
OE6	Objetivo Estratégico OE6 do PDTI 2024-2029 - Atualizar e expandir a rede institucional de dados
OE7	Objetivo Estratégico OE7 do PDTI 2024-2029 - Manter o parque tecnológico atualizado

ALINHAMENTO AO PDTI 2024-2029			
ID	Ação do PDTI	ID	Meta do PDTI associada
A3	Implementar/atualizar ferramentas e tecnologias de proteção.	M2	Implementar, manter e aperfeiçoar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação, Comunicação e Privacidade (SGSI).
	Reposicionar		

A1	estrategicamente a Segurança da Informação, Comunicações e Privacidade de Dados na estrutura organizacional da UFV.	M1	Consolidar o caráter estratégico institucional da Segurança da Informação, Comunicação e Privacidade de Dados.
----	---	----	--

3. Descrição da solução

A descrição das soluções com um todo encontra-se pormenorizada a seguir:

Item 1 - Licença para software de coleta de logs e geração de relatórios - FortiAnalyzer

Licença com validade mínima de 36 meses contados a partir da data de ativação da mesma para o Virtual Appliance Fortigate Analyzer com serial number FAZ-VMTM21006061 da fabricante Fortinet, onde a licença ficará vinculada ao email cpdcrp@ufv.br;

3.1.1.2 A licença deve permitir que o Virtual Appliance tenha as seguintes características mínimas de configuração / processamento;

3.1.2.2.1 Suportar receber logs de ao menos 100 dispositivos;

3.1.2.2.2 Possuir capacidade de receber ao menos 6 GBytes de logs diários;

3.1.2.2.3 Suportar, pelo menos, 3 TB de disco;

3.1.2.2.4 Deve ser compatível com VMware ESXi, Hyper-V, Citrix XenServer e KVM;

3.1.2.2.5 A solução não deve possuir limites de CPU e memória;

3.1.2.2.6 Suporte a atualizações do software pelo período mínimo de 36 meses contados a partir da data de ativação da licença.

Item 2 - Licença para Firewall Fortigate FG401E, com as seguintes características:

3.1.1.1 Suporte e garantia para o hardware Fortigate FG401E pelo prazo mínimo de 36 meses contados a partir da data de ativação da licença. O suporte 24x7 ficará a cargo da fabricante;

3.1.1.2 Vinculação da licença ao email cpdcrp@ufv.br com serial number FG4H1E5819901345 da fabricante Fortinet;

3.1.1.3 A licença deve cobrir no mínimo os seguintes módulos da solução Fortigate FG-401E: Firmware & General Updates, Intrusion Prevention, Antivirus, Web Filtering e Outbreak Prevention, todos pelo período mínimo de 36 meses contados a partir da data de ativação da licença.

4. Requisitos da contratação

Requisitos de Capacitação

4.1 Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.2 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos Temporais

4.3 Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 5 dias úteis a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.5 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.6 Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.7 A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedada à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Implantação

4.8 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.8.1 Após emissão da ordem de serviço, a CONTRATADA deverá entrar em contato com os responsáveis técnicos da CONTRATANTE pelo e-mail sticrp@ufv.br ou pelo telefone (34) 3855-9342 para alinhamento e disponibilização das licenças contratadas e eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.9 O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. No entanto tal garantia passará a ser de responsabilidade do fabricante tendo em vista se tratar de licenciamento de softwares proprietários. A contratada ficará responsável apenas pelo fornecimento e ativação das licenças.

Requisitos de Experiência Profissional

4.10 Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão apresentando certificação mínima NSE4, equivalente ou superior, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços. Os referidos certificados deverão ser apresentados juntamente com a proposta comercial;

Requisitos de Formação da Equipe

4.11 Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.12 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.13 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.14 O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 10 horas por dia e 5 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.15 A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Vistoria

4.16 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Da exigência de carta de solidariedade

4.17 **NÃO SE APLICA A ESSA CONTRATAÇÃO.**

Subcontratação

4.18 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.19 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar e pelos requisitos dos objetos contratados.

Informações relevantes para o [dimensionamento E/OU apresentação] da proposta

4.20 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.20.1 Para o item 1 trata-se de licença para o firewall Fortigate modelo FG-401E com serial number FG4H1E5819901345 da fabricante Fortinet;

4.20.2 Para o item 2 trata-se de licença para o Virtual Appliance Fortigate Analyzer com serial number FAZ-VMTM21006061 da fabricante Fortinet;

4.20.3 Ambos números de série estão atualmente vinculados ao e-mail cpdcrp@ufv.br junto a fabricante Fortinet

5. Modelo de execução do objeto

Não se aplica à contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Não se aplica à contratação, será uma contratação comum. Em substituição ao Contrato será utilizada a Nota de Empenho, cujas cláusulas essenciais estão dispostas no edital, que é de consulta obrigatória pelos licitantes, bem como nos documentos pré-empenho e nota de empenho que, serão oportunamente enviadas às futuras contratadas. Tendo em vista a natureza não continuada do serviço pretendido e a inclusão, como previstos no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, optou-se pela adoção do instrumento Nota de Empenho, substitutivo ao termo de contrato. Os documentos citados contém no mínimo: o objeto e seus elementos característicos; a forma de fornecimento; o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso; o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas; os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; os casos de rescisão; o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 desta Lei; a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

7.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades, não sendo admitido recebimento provisório tendo em vista as especificidades técnicas dos objetos;

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.4.2 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato;

7.4.3 Enviar a documentação pertinente ao Serviço de Material da UFV-CRP para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento;

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela plena entrega dos objetos.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.8. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.8.1 Verificação da ativação dos módulos de segurança contidos na licença contratada no item 1, bem como se a validade da licença é de 36 meses conforme requisitado;

7.8.2 Verificação da ativação da licença contratada no item 2, bem como se a validade da licença é de 36 meses conforme requisitado;

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.11.1. o prazo de validade;

7.11.2. a data da emissão;

7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.11.5. o valor a pagar; e

7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.25. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.28. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

8.29. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.31. *Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.31.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

8.31.1.1. Fornecimento de equipamentos e/ou serviços da fabricante Fortinet;

8.31.1.2. Suporte técnico em serviços da fabricante Fortinet.

8.31.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

- 8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 226.574,67

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 226.574,66 (duzentos e vinte e seis mil quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
1	1	R\$ 25.938,00	R\$ 25.938,00
2	1	R\$ 200.636,67	R\$ 200.636,67

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- 1. Gestão/Unidade: **154051/15268; unidade gestora: DGR - Campus Rio Paranaíba - Diretoria Geral**
- 2. Fonte de Recursos: **1000000000 - Custeio - Funcionamento F0;**
- 3. Programa de Trabalho: **;231013**
- 4. Elemento de Despesa: **; 339030**
- 5. Plano Interno: **M20RKG19PSN;**

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: ato 010/2024/CRP

DIEGO QUEIROZ MELO

Membro da comissão de contratação